

# CRESCIMENTO E CRISE NA INDÚSTRIA GAÚCHA: 1959-85\*

*Achyles Barcelos da Costa\*\**

*Maria Cristina Passos\*\*\**

## Introdução

A partir dos anos 50, a indústria passa a ser o centro dinâmico da economia brasileira. É o desempenho desse setor da produção que explica o comportamento da economia nacional. Ou seja, os períodos de expansão e retração da economia como um todo estão associados aos respectivos comportamentos da indústria.

Pode-se constatar, então, cinco períodos, o que, a grosso modo, passaremos a denominar de ciclos, pelos quais passaram a indústria e a economia brasileira, assim divididos: 1955-62; 1962-67; 1968-73; 1973-80; 1981-85.<sup>1</sup> Este último poderia ser dividido em dois subperíodos: 1981-83, onde ocorre um aprofundamento da desaceleração do período anterior, com taxas negativas de crescimento; e 1984-85 em que se inicia um novo período de crescimento para o setor industrial. Antes de realizar a análise desses ciclos, é conveniente fazer um breve comentário, a título de esclarecimento, do porquê dessa divisão ou dessa periodização.

Aqueles que acompanham o desenvolvimento da economia brasileira sabem que os analistas têm adotado essa periodização para analisar o comportamento e o

---

\*Este artigo é o resultado de um trabalho mais amplo sobre a *Avaliação da Economia Gaúcha: 1960-1985* desenvolvido pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE), a ser publicado. As idéias aqui expostas resultam de discussões com outros colegas a quem gostaríamos de registrar os nossos agradecimentos. Especificamente aos professores Cláudio Accurso e Jaime Lapolli e aos auxiliares de pesquisa Marcelo Duarte, Tiago de Moraes Xausa e Walter Eduardo Rodolpho. Como de praxe, os erros e omissões devem ser debitados aos autores.

\*\*Do Departamento de Economia e do IEPE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\*\*\*Do Departamento de Economia da UNISINOS.

<sup>1</sup> Para esse quinto período, a análise feita é menos detalhada em função da disponibilidade de informações. Por isso, no item 2, ele não constará individualizado.

desempenho da economia como um todo. Especificamente, essa divisão corresponde ao comportamento do produto industrial que, como se disse, passa a ser o setor dinâmico da economia.<sup>2</sup>

Optou-se neste trabalho por adotar para a indústria gaúcha a mesma periodização da indústria brasileira na medida em que a economia ou a indústria gaúcha está situada em um mesmo espaço econômico que as demais regiões e, assim, sujeita à ação das mesmas políticas econômicas e dos mesmos estímulos. Também não é a indústria do Rio Grande do Sul que comanda o crescimento da economia brasileira. A sua participação no produto industrial nacional tem estado em torno de 6 a 8% e, por isso, está subordinada ao desempenho da economia brasileira ou deve ser entendida — enquanto economia regional — dentro desse contexto maior.

Essa periodização serve também para verificar se o Rio Grande do Sul apresenta ou não especificidades em relação à indústria brasileira. Ou seja, em que medida o comportamento e o desempenho da indústria gaúcha acompanham ou se diferenciam daqueles brasileiros nas diferentes fases de expansão e contração do produto industrial. E, por último, não menos importante, é de se ressaltar que essa divisão por períodos é um esforço analítico de captar o movimento real da indústria gaúcha e de contornar o problema de se restringir a uma periodização com base apenas nos anos censitários.<sup>3</sup>

## 1 - Caracterização dos ciclos industriais

A Tabela 1 a seguir fornece as taxas de crescimento da indústria brasileira, por categorias de uso, para o período 1959-85.

As fases de crescimento referentes aos períodos 1955-62 e 1968-73 caracterizam-se pela expansão dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Esse crescimento teve como o seu principal determinante, no primeiro período, o pacote de investimentos (substituição de importações) associado ao Plano de Metas (1956-61), fundamentalmente em bens de consumo duráveis e de produção.

---

<sup>2</sup> Ver, dentre outros, Serra (1982); Tavares (1977); Calabi & Luque (1985); Bonelli & Werneck (1978). A caracterização e os fatores determinantes dos diferentes ciclos que serão feitos a seguir estão baseados nesses autores.

<sup>3</sup> Esta é realmente uma tentativa, na medida em que, como se sabe, são muito precárias as bases estatísticas e há dificuldades de se conseguir informações para formar uma série histórica ano a ano. A metodologia para a obtenção dos dados intercensitários encontra-se no relatório da pesquisa do IEPE já referido.

O crescimento do período 1968-73 deve-se à conjugação de uma série de fatores, tais como: existência de capacidade ociosa proveniente do período de desaceleração de 1962-67; políticas monetária e fiscal expansionistas; ampliação do crédito para a aquisição de bens de consumo duráveis e para habitação; crescimento do comércio internacional de mercadorias e do mercado de capitais, facilitando uma política de endividamento externo; esquema de promoção das exportações (política de minidesvalorizações cambiais, incentivos fiscais e financeiros).

Tabela 1

Taxas médias anuais de crescimento do Valor Bruto da Produção, por categorias de uso, da indústria brasileira – 1955-85

(%)

CATEGORIAS DE USO	1955-62	1962-67	1968-73	1973-80	1981-83 (2)	1984-85 (2)
Bens de consumo duráveis . . . . .	23,9	4,1	17,4	8,8	-7,4	5,3
Bens de consumo não duráveis . . . . .	6,6	0	12,6	7,2	-2,1	4,5
Bens de capital . . . . .	26,4	2,6	21,0	13,0	-16,7	12,5
Bens intermediários . . . . .	12,1	5,9	13,1	13,9	-4,4	8,5
Indústria de transformação . . . . .	9,8	(1)3,7	16,1	11,0	-5,4	7,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: 1955-1962 e 1962-1967: SERRA, José (1982). Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Brasiliense, 2(2):5-45, abr. jun. (Continua em R. Econ. Pol. v. 2, n.3, p.111-35).

1968-1973 e 1973-1980: PRODUÇÃO INDUSTRIAL 1968 (1970). Rio de Janeiro, IBGE. PESQUISA INDUSTRIAL 1973 (1974). Rio de Janeiro, IBGE. CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

1981-1983 e 1984-1985: RELATÓRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (1982/1986). Brasília, v. 18/22.

(1) Taxa retirada de: CALABI, Andrea Sandro & LUQUE, Carlos A. (1985). Os ciclos de expansão industrial e seus impactos. São Paulo, Nobel. (2) Média das taxas anuais.

Em 1984 tem início o período de recuperação da economia brasileira. Essa recuperação está associada, em um primeiro momento, ao aumento das exportações industriais e, a partir de 1985, apoiada no mercado interno, impulsionada pela expansão do consumo e pela retomada dos investimentos. Resumidamente, os fatores determinantes da expansão foram: efeitos dinâmicos da expansão das exportações sobre a economia; vantagens concedidas aos mutuários do BNH; política fiscal menos restritiva; expansão da massa de salários devido ao aumento dos salários reais e à expansão do nível de emprego; efeitos sobre o consumo do diferencial entre a correção monetária e a inflação e saques da poupança (Suzigan, 1986).

Os períodos 1962-67 e 1973-80 caracterizam-se por uma desaceleração do crescimento do nível de atividade econômica, sendo mais acentuada no primeiro período do que no último, em que a taxa de crescimento é ainda bastante elevada. Já o período 1981-83 apresenta taxas negativas de crescimento não só para a indústria de transformação como um todo, como também para todas as categorias de uso.

A queda no ritmo de crescimento do produto industrial no período 1962-67 deveu-se, dentre outros fatores, a: esgotamento do pacote de investimentos público e privado iniciados em 1956; programa de estabilização de 1964-67 (estabelecido para corrigir os desequilíbrios interno e externo que se criaram nos anos anteriores); política salarial restritiva; aumento da carga tributária; restrição do crédito; e redução dos gastos do setor público e corte dos subsídios.

No período 1973-80, embora ocorra uma desaceleração na taxa de crescimento, o seu valor é ainda elevado. Os setores responsáveis pela taxa de crescimento observada foram os produtores de bens intermediários e de bens de capital. Houve ainda no período um crescimento da construção civil e dos serviços de utilidade pública com base nos investimentos governamentais e das empresas estatais. No que se refere aos setores de bens intermediários e bens de capital, o seu crescimento deve-se à industrialização com substituição de importações (principalmente em bens de capital com base no II PND (com investimentos em polpa e papel, petroquímica, fertilizantes, aços e metais não ferrosos).

Dentre os fatores que contribuíram para a queda no ritmo de crescimento, relativamente ao período anterior, podem citar-se: as crises no petróleo de 1973 e 1979; a crise do sistema econômico-financeiro internacional, com o aumento das taxas de juros; o recrudescimento da inflação; a política econômica restritiva do Governo para combater os desequilíbrios interno (inflação) e externo (balanço de pagamentos).

E, finalmente, tem-se o aprofundamento dessa desaceleração com a fase recessiva de 1981-83. Este é o período que apresentou as piores *performances* de que se tem notícia dentre todas as fases de contração do produto industrial. Diferentemente das fases contracionistas anteriores, em que o setor de bens de consumo não duráveis apresentava o desempenho mais fraco, nesta os setores que tiveram os piores desempenhos, inclusive com elevadas taxas negativas de crescimento, foram os produtores de bens de capital e bens de consumo duráveis. Os determinantes desse desempenho foram: o aprofundamento do programa de ajustamento, iniciado no período anterior, devido aos desequilíbrios interno e externo; o controle sobre os gastos das empresas estatais; e a redução no volume dos investimentos.

## 2 - Os ciclos da indústria gaúcha

No que se refere à indústria gaúcha, constata-se, pela Tabela 2, que ela tem acompanhado o movimento da indústria brasileira. Ou seja, quando esta cresce, a do Rio Grande do Sul também cresce; quando a indústria brasileira tem um fraco desempenho, a indústria gaúcha apresenta uma *performance* semelhante.

Tabela 2

Taxas médias anuais de crescimento do Valor Bruto da Produção, por categorias de uso, da indústria gaúcha - 1959-85

(%)

CATEGORIAS DE USO	1959-62	1962-67	1968-73	1973-80	1981-83 (2)	1984-85 (2)
Bens de consumo duráveis . . . . .	11,6	1,9	19,2	11,2	-	-
Bens de consumo não duráveis . . . . .	9,7	-0,2	16,9	8,2	-	-
Bens de capital . . . . .	25,4	9,8	33,2	10,4	-	-
Bens intermediários . . . . .	14,2	3,9	25,9	11,9	-	-
Indústria de transformação . . . . .	11,6	(1)1,7	21,5	10,1	-4,6	5,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Até 1980: CENSO INDUSTRIAL 1960: Rio Grande do Sul (1966). Rio de Janeiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.  
PESQUISA INDUSTRIAL 1973: Região Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.  
PRODUÇÃO INDUSTRIAL 1967 (1969). Rio de Janeiro, IBGE.  
PRODUÇÃO INDUSTRIAL 1968 (1970). Rio de Janeiro, IBGE.

A partir de 1981: FEE/UNAGE.

(1) Período 1962-68. (2) Média das taxas anuais da renda interna real.

Durante as fases de expansão e de contração da indústria, os setores que lideraram o crescimento ou a desaceleração a nível nacional são, de um modo geral, os mesmos para a indústria gaúcha. Assim, tem-se que, nas fases de expansão, os setores que mais crescem a nível nacional são, pela ordem, os de bens de capital e os de bens de consumo duráveis; para a indústria gaúcha esses setores são, respectivamente, os de bens de capital e bens intermediários. Nas fases de desaceleração, os setores que apresentam as taxas mais baixas de crescimento para o Brasil são os pro-

dutores de bens de consumo não duráveis e os setores de bens de capital (1962-67) e de bens de consumo duráveis (1973-80). No caso do Rio Grande do Sul, também o setor de bens de consumo não duráveis apresentou a mais baixa taxa de crescimento, seguido pelo de bens de consumo duráveis em 1962-67 e pelo de bens de capital em 1973-80.

Em função desse desempenho referido acima, a indústria gaúcha tem apresentado um comportamento bastante dinâmico no sentido de dar respostas às mudanças econômicas ocorridas, pois tem acompanhado as alterações que houve na estrutura industrial da economia. Isto pode ser constatado na Tabela 3 a seguir. Vê-se que, para a indústria gaúcha, a hierarquização de seus setores em 1959 é a mesma da indústria brasileira para os setores de bens de consumo não duráveis e de bens de capital e diferentes para os dois outros setores em que ocorre o inverso. Em 1975, passa a ocorrer uma inflexão na estrutura produtiva da indústria em que, tanto para a indústria brasileira como para a gaúcha, o setor de bens intermediários passa a ter a maior participação no valor da produção industrial. Em 1980, as duas indústrias apresentam a mesma hierarquia para todas as categorias de uso, embora o comportamento dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital gaúchos seja diferente de seus congêneres nacionais. O setor de bens de consumo duráveis gaúcho mantém sua participação ao longo do período 1959-80 e o de bens de capital quase quadruplica essa participação. Para o Brasil, a indústria de bens de capital aumenta a sua participação em torno de quatro pontos percentuais, enquanto que a participação do setor produtor de bens de consumo duráveis aumenta em torno de 25%. No entanto o fato de as estruturas industriais serem semelhantes em 1980 não significa dizer que a indústria do Rio Grande do Sul seja uma reprodução, em escala menor, da indústria nacional. O que se quer enfatizar é que esse comportamento parece indicar que as transformações estruturais ocorridas na indústria gaúcha foram profundas nesse período e acompanharam aquelas que ocorreram na indústria brasileira.

Essas mudanças estruturais ocorridas nas indústrias gaúcha e brasileira também podem ser constatadas a nível de gênero industrial, conforme mostra a Tabela 4. Nota-se que houve uma intensa alteração na estrutura industrial dessas indústrias ao longo do período. O grupo metal-mecânico (metalúrgica; mecânica; material elétrico e de comunicações; e material de transporte) aumentou a sua participação na indústria significativamente tanto para a indústria gaúcha como para a brasileira. Em 1959, a sua participação na indústria gaúcha era de 11,3%, enquanto na brasileira era de 24,2%, chegando em 1980 com as participações de 22,0% e 34,3% respectivamente. Esse aumento de participação é decorrente da produção (principalmente substituição de importações) no País de bens de produção, de bens intermediários e de bens de consumo duráveis.

- Ao aumento da importância desse grupo correspondeu um decréscimo na participação daqueles gêneros produtores de bens de consumo não duráveis como, por exemplo, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, produtos alimentares, bebidas e fumo. Esses gêneros que em conjunto participavam em 1959 com 61,4% do valor da produção no Rio Grande do Sul e com 43,5% no Brasil tiveram reduzida

a sua participação em 1980 para 38,1 e 25,8% respectivamente. É de se ressaltar que, em 1959, o gênero produtos alimentares tinha a maior participação na indústria tanto gaúcha como brasileira e, em 1980, cede lugar para o gênero química que também passa a ser o mais importante em termos de participação para ambas as indústrias.

A seguir, será feita uma análise mais detalhada de cada um dos ciclos ocorridos ao longo do período considerado, onde se poderá ter, então, uma visão mais aprofundada do comportamento da indústria gaúcha.

Tabela 3

Evolução da estrutura industrial, por categorias de uso,  
das indústrias gaúcha e brasileira - 1959-1980

(%)

CATEGORIAS DE USO	1959		1970		1975		1980	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Bens de consumo duráveis . . . . .	6,5	6,9	6,7	10,2	5,4	9,6	6,5	8,6
Bens de consumo não duráveis . . . . .	64,5	49,7	51,8	42,4	39,1	33,6	40,2	29,8
Bens de capital . . . . .	3,0	9,1	8,0	9,8	13,4	13,8	10,9	13,4
Bens intermediários . . . . .	26,0	34,3	33,5	37,6	42,1	43,0	42,4	48,2
TOTAL . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO INDUSTRIAL 1960: Rio Grande do Sul (1966). Rio de Janeiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul (1980). Rio de Janeiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1960: Brasil (1966). Rio de Janeiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil (1974). Rio de Janeiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1975: Brasil (1980). Rio de Janeiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 4

Evolução da estrutura industrial, por gêneros, das indústrias  
gaúcha e brasileira - 1959-1980

(%)

GÊNEROS DE INDÚSTRIA	1959		1970		1975		1980	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Produtos de minerais não-metálicos . . .	3,5	4,5	2,4	4,2	2,3	4,0	2,2	4,2
Metalúrgica . . . . .	6,8	10,5	8,8	12,5	8,9	13,3	8,6	13,7
Mecânica . . . . .	1,5	2,9	4,9	5,7	8,6	7,9	7,5	7,6
Material elétrico e de comunicações . . .	1,4	4,0	3,1	4,7	3,2	5,0	2,2	5,2
Material de transporte . . . . .	1,6	6,8	3,3	8,2	4,3	9,0	3,7	7,8
Madeira . . . . .	5,2	2,6	3,5	2,3	3,2	2,2	2,3	2,0
Mobiliário . . . . .	1,7	1,8	2,1	1,8	2,1	1,5	2,9	1,5
Papel e papelão . . . . .	1,7	3,0	1,2	2,4	1,5	2,3	1,7	2,7
Borracha . . . . .	0,7	2,5	0,8	1,7	0,7	1,6	1,4	1,5
Couros e peles . . . . .	3,6	1,1	3,4	0,7	2,5	0,5	2,6	0,5
Química . . . . .	7,0	9,0	13,7	10,9	22,1	15,4	22,5	19,3
Produtos farmacêuticos . . . . .	0,3	2,0	0,3	2,1	0,3	1,5	0,3	1,1
Perfumarias, sabões e velas . . . . .	0,9	1,5	0,6	1,4	0,5	1,0	0,4	0,8
Produtos de matérias plásticas . . . . .	0,1	0,7	0,5	1,6	0,8	1,8	1,3	2,0
Têxtil . . . . .	3,1	12,5	3,1	9,3	2,1	6,7	2,3	6,4
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	7,0	3,4	7,2	3,4	6,3	3,5	9,4	3,9
Produtos alimentares . . . . .	43,7	24,1	31,3	20,2	22,7	16,2	21,3	13,9
Bebidas . . . . .	4,2	2,4	4,4	1,9	2,5	1,3	2,7	1,1
Fumo . . . . .	3,4	1,1	2,6	0,9	2,7	0,8	2,4	0,5
Editorial e gráfica . . . . .	1,8	2,3	1,6	2,5	1,4	2,2	0,9	1,6
Diversos . . . . .	0,8	1,3	1,2	1,6	1,3	2,3	1,4	2,7
TOTAL . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO INDUSTRIAL 1960: Rio Grande do Sul (1966).  
Rio de Janeiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974).  
Rio de Janeiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul (1980).  
Rio de Janeiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984).  
Rio de Janeiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1960: Brasil (1966). Rio de Ja-  
neiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil (1974). Rio de Ja-  
neiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1975: Brasil (1980). Rio de Ja-  
neiro, IBGE.  
CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Ja-  
neiro, IBGE.

NOTA: Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços da FGV (1977 = 100).



## 2.1 - Período 1959-61

As taxas de crescimento da produção industrial por categorias de uso no Rio Grande do Sul e no Brasil permitem a constatação de que o Estado acompanhou o ritmo de crescimento do conjunto da indústria brasileira no período 1959-61.<sup>4</sup> Pode-se, portanto, inferir que também o Rio Grande do Sul reagiu favoravelmente aos estímulos advindos dos investimentos programados e executados pelo Plano de Metas. No entanto torna-se necessário salientar que, para a indústria gaúcha, tais estímulos foram indiretos, visto que não ocorreu no Estado a instalação de novos segmentos industriais de porte tal como aconteceu no centro do País.

Enquanto para o conjunto da indústria brasileira os setores líderes foram os produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis, no Rio Grande do Sul os segmentos que mais rapidamente cresceram foram os de bens de capital e de bens intermediários.

O rápido crescimento das indústrias produtoras de bens de capital fez com que a sua produção, que representava 3%, passasse a responder por, aproximadamente, 4,5% do valor da produção da indústria de transformação em 1962, conforme mostra a Tabela 5. Os destaques dessa expansão residem no rápido crescimento dos ramos mecânica e material de transporte. Dentro desses ramos, cabe salientar os segmentos produtores de máquinas e implementos agrícolas, máquinas-ferramenta, máquinas operatrizes e aparelhos industriais e carrocerias para veículos automotores, que representavam uma parcela significativa da indústria de bens de capital gaúcha.<sup>5</sup> Desses três principais segmentos, somente o de fabricação de máquinas-ferramenta não apresentará, no decorrer das décadas seguintes, um crescimento muito expressivo.

Tendo em vista os segmentos que mais se expandiram no período em foco e, portanto, aqueles que alcançaram um peso significativo dentro do compartimento produtor de bens de capital do Estado, verifica-se que diferem significativamente daqueles localizados no centro do País. Ou seja, já no período inicial de implantação da indústria de bens de capital, a composição dessa indústria no Estado difere daquela implantada em outras regiões do País, característica que se manterá ao longo de seu crescimento no decorrer dos anos 70 e 80.

---

<sup>4</sup> As taxas de crescimento dos períodos 1959-61 e 1962-67 devem ser vistas como indicativas das "verdadeiras" taxas, na medida em que as informações estatísticas para esses períodos são precárias.

<sup>5</sup> Refere-se aqui somente aos segmentos com maior representatividade dentro da indústria de bens de capital gaúcha. Uma análise mais detalhada dessa indústria foge aos objetivos deste estudo. O mesmo procedimento é adotado para as outras categorias de indústria que serão analisadas ao longo do texto.

Tabela 5

Evolução da estrutura industrial, por categorias de uso, das indústrias gaúcha e brasileira - 1959-1980

CATEGORIAS DE USO	1959		1962		1965		1968		1970		1973		1975		1980	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Bens de consumo durável	6,5	6,9	6,5	7,7	5,9	8,5	6,6	9,3	6,7	10,2	6,1	9,9	5,4	9,6	6,5	8,6
Bens de consumo não durável	64,5	49,7	61,4	47,9	64,6	46,1	55,0	44,3	51,8	42,4	45,4	38,0	39,1	33,6	40,2	29,8
Bens de capital	3,0	9,1	4,2	9,2	5,1	9,4	6,7	9,6	8,0	9,8	10,7	11,8	13,4	13,8	10,9	13,4
Bens intermediários	26,0	34,3	27,9	35,2	24,4	36,0	31,7	36,8	33,5	37,6	37,8	40,3	42,1	43,0	42,4	48,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: 1959, 1970, 1950 e 1980: CENSO INDUSTRIAL 1960: Rio Grande do Sul (1966) Rio de Janeiro, IBGE.  
 CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974) Rio de Janeiro, IBGE.  
 CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul (1980) Rio de Janeiro, IBGE.  
 CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984) Rio de Janeiro, IBGE.  
 CENSO INDUSTRIAL 1960: Brasil (1966) Rio de Janeiro, IBGE.  
 CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil (1974) Rio de Janeiro, IBGE.  
 CENSO INDUSTRIAL 1975: Brasil (1980) Rio de Janeiro, IBGE.  
 CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984) Rio de Janeiro, IBGE.

1962, 1965: BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (1968) **Industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas.** Rio de Janeiro, IPEA. (Documentos IPEA, 4).

— (1969). **Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970.** Rio de Janeiro, IBGE.

1968: PRODUÇÃO INDUSTRIAL 1968 (1970). Rio de Janeiro, IBGE.

1973: PESQUISA INDUSTRIAL 1973 (1974). Rio de Janeiro, IBGE.

Em termos de participação relativa, o grupo de indústrias produtoras de bens intermediários aparece em segundo lugar em 1959, respondendo por 26% do valor total da produção industrial do Estado. Com uma taxa de crescimento entre os anos de 1959 e 1962 bastante expressiva (Tabela 2), acima da média da indústria, o segmento produtor de bens intermediários reagiu favoravelmente à fase expansiva da economia, dado que a sua expansão se dá de uma forma articulada ao desempenho dos demais setores. A um nível mais desagregado, constata-se que o desempenho das indústrias produtoras de bens intermediários deve ser creditado principalmente ao gênero minerais não-metálicos e às parcelas da metalúrgica e da química classificadas nessa categoria industrial, visto que respondiam por mais da metade do valor da produção do grupo e apresentaram taxas de crescimento bastante expressivas.

Mantendo sua participação relativa no período, a categoria de indústrias produtoras de bens de consumo duráveis experimentou uma taxa de crescimento semelhante à da indústria de transformação do Estado, mas bem inferior àquela apresentada por essa categoria a nível nacional. Os segmentos mais importantes da categoria no Rio Grande do Sul são a parcela de metalúrgica (fabricação de fogões e cutelaria) e o mobiliário que, em 1959, perfaziam cerca de 70% do valor da produção total

dos bens duráveis. As indústrias produtoras de bens de consumo duráveis manterão seu peso relativo no decorrer das décadas seguintes. Diferentemente do que ocorreu no centro do País, no Rio Grande do Sul não se deu a implantação de novos segmentos produtores de bens duráveis no período, principalmente os que se referem aos gêneros material elétrico e material de transporte.

Resta o grupo que reúne as indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis, o único a expandir-se a um ritmo inferior ao da indústria como um todo, apesar de apresentar um crescimento superior ao verificado para este grupo de indústrias a nível nacional. Embora o seu peso relativo tenha diminuído ao longo do período, continua sendo a atividade industrial predominante no Estado. Portanto, o crescimento da indústria gaúcha era ainda durante esses anos muito dependente desses segmentos industriais.

Apesar de não ter ocorrido no período a instalação de segmentos industriais de grande porte no Rio Grande do Sul, semelhantes àqueles que se efetivaram a nível nacional, a indústria estadual reagiu favoravelmente ao período expansivo da economia brasileira, dando início a algumas transformações estruturais que irão concretizar-se no decorrer das décadas seguintes.

## 2.2 - Período 1962-67

Ao período expansivo da economia, seguem-se os anos da crise de 1962-67.<sup>6</sup> No caso específico do Rio Grande do Sul, a sua indústria de transformação acompanha o fraco desempenho da economia, apresentando uma taxa de crescimento muito baixa, inclusive inferior à apresentada pela indústria brasileira.

A baixa *performance* do setor de bens de consumo não duráveis, tanto no caso brasileiro como no gaúcho, explica as reduzidas taxas de crescimento do produto total das duas indústrias, visto que seu peso relativo ainda era elevado nesse período.

O desempenho desse setor de produção é explicado, em grande parte, pela política econômica adotada após 1964, especificamente pela contenção dos salários. Examinando-se a série histórica dos índices de salário mínimo e médio para a economia brasileira, constata-se claramente que houve uma queda do poder real dos salários no período.<sup>7</sup> Além da diminuição do salário real, a queda da massa salarial deve ter contribuído para a diminuição de demanda, pois houve uma destruição de postos de trabalho nesse período, fazendo com que o nível de emprego industrial em 1967 fosse inferior ao de 1962 (Peñalver, 1983, p.101). Esses aspectos explicam o comportamento do gênero produtos alimentares, cujo crescimento foi negativo

---

<sup>6</sup> Ver nota 1.

<sup>7</sup> O salário mínimo cai de um índice de 83,0 em 1962 para 58,7 em 1967; enquanto o salário médio diminui de 107,1 para 90,8 (Pereira, 1986, p.82).

(-1,0%) no Rio Grande do Sul e extremamente baixo no Brasil, não chegando a acompanhar o crescimento vegetativo da população. O mesmo aplica-se para os demais segmentos industriais que compõem a indústria de bens de consumo não duráveis, cujo desempenho depende da evolução dos salários de base. No entanto alguns desses ramos de produção tradicionais encontravam no setor externo a fonte de seu dinamismo, como foi o caso da indústria de calçados gaúcha.

O único setor a permanecer com uma taxa de crescimento relativamente elevada foi o produtor de bens de capital no Estado, superior ao correspondente brasileiro, seguido do grupo produtor de bens intermediários. O desempenho dessas categorias deve-se, principalmente, às taxas de crescimento dos gêneros mecânica, material elétrico e de comunicações, metalúrgica, couros e peles e produtos de matérias plásticas; que foram elevadas em relação aos demais gêneros da indústria gaúcha.

Não se dispõe de muitas informações para se tentar levantar algumas hipóteses explicativas para a *performance* desses gêneros. No entanto pode-se inferir que os segmentos dessas categorias de indústrias que se expandiram nesse período foram os mesmos que demonstraram um desempenho favorável no período anterior e que continuaram ganhando participação no total da produção da indústria gaúcha no decorrer da década seguinte.<sup>8</sup> Pode-se, portanto, dizer que isto foi o resultado de respostas da indústria gaúcha em termos de adaptações de sua estrutura às mudanças ocorridas no padrão de acumulação a nível nacional, como também devido às suas próprias modificações à crise que ocorreu no período.

### 2.3 - Período 1968-73

A expansão da indústria de transformação do Rio Grande do Sul foi expressiva no período 1968-73, inclusive superior à verificada no período anterior, de rápido crescimento industrial.

O setor produtor de bens de capital foi o mais dinâmico no Estado, seguido do produtor de bens intermediários. A categoria de indústria de bens de consumo duráveis ficou com o terceiro lugar, apresentando uma taxa de crescimento em sua produção também elevada, mas inferior à média da indústria de transformação. No que se refere aos bens de consumo não duráveis, a sua taxa de crescimento foi inferior à da média da indústria gaúcha, mas superior à deste segmento a nível nacional. Dado esse comportamento das categorias de indústrias no Estado, pode-se inferir que a indústria de transformação gaúcha reagiu favoravelmente ao novo ciclo de crescimento da economia brasileira, integrando-se, principalmente, através da produção de bens de capital e de bens intermediários. Como será analisado nos próxi-

---

<sup>8</sup> Os dados estatísticos para o período não permitem uma desagregação maior a nível de segmentos de cada categoria de indústria.

mos parágrafos, essa integração ocorreu sob duas maneiras. De um lado, alguns segmentos industriais do Estado expandem sua produção complementando a produção industrial do centro do País, enquanto outros crescem aproveitando determinadas particularidades regionais que, no entanto, estavam de acordo com as diretrizes vigentes do modelo de crescimento brasileiro.

Vejam, inicialmente, a categoria de bens de capital. Em 1968, esse conjunto de indústrias era responsável por cerca de 7% da produção industrial do Estado, atingindo 10% no final do período (Tabela 5). As mudanças em seu peso relativo foram expressivas, dado que a sua produção quadruplica no período. A fim de permitir uma correta avaliação da expansão dessa categoria de indústrias, faz-se necessário tecer algumas considerações a respeito de seus principais segmentos no Estado.

Tomando-se inicialmente a parcela da mecânica incluída na indústria de bens de capital, constata-se que seu crescimento foi bastante elevado. Parte significativa desse crescimento foi devido ao desempenho das indústrias de máquinas e implementos agrícolas, secundada pela produção de máquinas-ferramenta, máquinas operatrizes e aparelhos industriais.<sup>9</sup> O expressivo ritmo de crescimento do primeiro segmento industrial mencionado deveu-se, fundamentalmente, aos estímulos recebidos do setor agrícola, através do aumento na demanda por máquinas e implementos, com a modernização das lavouras e toda a política governamental de apoio a essas atividades.

Em segundo lugar em importância relativa na produção de bens de capital no Rio Grande do Sul destaca-se a parcela de material de transporte, que mantém sua participação até 1975. Sua expansão também foi bastante acelerada, apesar de não ser perceptível as alterações em seu peso relativo, dado o maior crescimento das parcelas do gênero mecânica. Na produção de material de transporte, salienta-se a de carrocerias para veículos automotores, que correspondia a mais da metade da produção desse segmento de indústrias. Seu desempenho depende da *performance* da indústria do centro do País, podendo, inclusive, chamar-se de complementar à produção daquelas indústrias. Ou seja, a produção desse segmento industrial gaúcho agrega-se à produção nacional para se tornar em condições de atender a demanda final. Seu crescimento está, portanto, estreitamente vinculado ao desempenho das indústrias do pólo industrial do centro do País.

Considerando-se os principais segmentos da indústria de bens de capital do Rio Grande do Sul, pode-se inferir novamente que a despeito de sua excelente *performance*, expandem-se no Estado as indústrias com características bem diversas daquelas que foram implementadas a nível nacional nesse período.

---

<sup>9</sup> Em 1970, a fabricação de máquinas e implementos agrícolas correspondia a 36% do total gerado pelo ramo mecânica, elevando-se para 54% em 1975. A referência aos pesos relativos de máquinas e implementos agrícolas no total da produção do gênero mecânica em nada afeta a análise, visto que a parcela desse gênero que não está incluída em bens de capital, mas sim em bens de consumo duráveis é extremamente pequena.

O compartimento produtor de bens intermediários alcança, no período, taxa de crescimento também elevada, superior à apresentada por esse grupo a nível nacional. Nessa categoria a liderança coube, sem dúvida, à indústria química. Seu peso no conjunto de bens intermediários produzidos no Estado era, em 1970, bastante significativo (quase 40%), elevando-se ainda mais até o final do período. Isto significa que se pode atribuir ao gênero química a responsabilidade da parcela do desempenho dos bens intermediários no período. Ao desdobrar o gênero química em seus principais segmentos, fica mais nítida a compreensão de sua *performance*. Destacam-se três segmentos no Estado: combustíveis e lubrificantes, produção de óleos vegetais em bruto e adubos, fertilizantes e corretivos do solo, representando 84% da produção do gênero em 1970.

Combustíveis e lubrificantes têm o seu desempenho no período fortemente influenciado pela entrada em funcionamento da Refinaria Alberto Pasqualini em 1968. Sendo um insumo de uso generalizado, o seu desempenho reflete e é determinado pela extensão da produção total da indústria e da economia como um todo. Os outros dois segmentos estão estreitamente ligados à agricultura pelo lado da oferta de insumos (adubos e fertilizantes) e da transformação de produtos agrícolas (óleos vegetais em bruto, principalmente soja). Cabe salientar que o rápido crescimento da produção desses dois segmentos é característico desse período sob análise, visto que na fase expansiva anterior a essas atividades tinham ainda um peso insignificante no conjunto da categoria dos bens intermediários e na indústria de transformação do Rio Grande do Sul.

A metalúrgica, apesar de apresentar uma taxa de crescimento um pouco inferior à média da indústria no período, alcança um desempenho favorável, perfazendo cerca de 20% da produção de bens intermediários. Sua expansão dá-se de forma articulada ao desempenho das outras categorias, mas parece que esteve fortemente vinculada ao crescimento da indústria de máquinas e implementos agrícolas e à construção civil.

A expansão na produção de bens intermediários reflete aumentos na produção dos outros setores, sejam industriais ou não. Ou seja, sua expansão é determinada pela expansão dos demais setores da economia. Como todos os setores da economia brasileira apresentaram um crescimento acelerado no período, a produção de bens intermediários também reagiu favoravelmente. No caso do Rio Grande do Sul, esse fato comprova-se pelo desempenho tanto dos insumos de uso generalizado (combustíveis e lubrificantes) como daqueles que se destinam ao setor agrícola e ao industrial.

No Rio Grande do Sul, as taxas de crescimento na produção de bens de consumo duráveis foi elevada no período em análise, mas inferior à média da produção global da indústria. Nessa categoria destacam-se mobiliário e metalúrgica (fabricação de fogões e artigos de cutelaria). É interessante notar que o "espaço" permitido à produção de bens de consumo duráveis no Rio Grande do Sul difere daquele ocupado pelas indústrias do centro do País (principalmente os segmentos de material de transporte e material elétrico e de comunicações). No Rio Grande do Sul, o impulso maior ocorre nas indústrias já instaladas e de uma certa forma "tradicionais" à estrutura industrial do Estado.

A categoria dos bens de consumo não duráveis possui uma ponderação considerável na explicação da taxa de crescimento global da indústria no Estado. No período em foco, essa categoria de indústrias apresentou um crescimento de cerca de 17% ao ano. Cabe notar que esse desempenho se deve ao crescimento da economia como um todo e, principalmente, ao aumento do emprego urbano e, conseqüentemente, ao da massa salarial. Resta salientar o comportamento do gênero vestuário, calçados e artefatos de tecidos que, no período, foi muito influenciado pelo desempenho da indústria produtora de calçados. Deve-se notar que a produção de calçados no Estado nesse período já estava significativamente voltada para as exportações.

De um modo geral, pode-se afirmar que também nesse período a indústria de transformação gaúcha reagiu positivamente aos estímulos recebidos pelo crescimento da economia brasileira que ocorreu entre 1968 e 1973. Como foi possível verificar através da análise desenvolvida nos parágrafos anteriores, a produção industrial do Estado expandiu-se de forma acelerada, chegando inclusive a superar o ritmo apresentado pelo conjunto da indústria brasileira. Já nesse período as modificações na estrutura industrial que vinham ocorrendo começam a ficar mais sedimentadas, tendo como conseqüência mais marcante a importância assumida pelo setor produtor de bens de capital.

## 2.4 - Período 1973-80

O período 1973-80 caracteriza-se por uma desaceleração no crescimento da produção industrial comparativamente ao período 1968-73. Entretanto as taxas ainda foram elevadas, estando, inclusive, acima da taxa histórica de crescimento do PIB brasileiro nas últimas décadas.

No que se refere às taxas de crescimento da produção das indústrias brasileira e gaúcha por categorias de uso, há um comportamento similar entre ambas. Os setores de bens de capital, de bens intermediários brasileiros e gaúchos e, no caso, o de bens de consumo duráveis lideraram o crescimento da indústria.

À semelhança da fase recessiva do período 1962-67, o setor que apresentou a menor taxa de crescimento foi o de bens de consumo não duráveis, que tanto para o Brasil como para o Rio Grande do Sul cresceu a uma taxa aquém da média da indústria. Dado o peso que esse setor ainda representa, o seu desempenho afeta de maneira significativa a taxa de crescimento total da indústria de transformação. No entanto a intensidade da queda no ritmo de crescimento, quando comparado o comportamento da indústria com o período anterior, é maior para os setores de bens de capital e de bens intermediários, seguidos dos dois outros produtores de bens de consumo. É ainda interessante notar que, considerando a indústria total, a intensidade da queda é maior para o Rio Grande do Sul do que para o Brasil.

O recrudescimento da inflação e o desequilíbrio no balanço de pagamentos — este último decorrente, em parte, da desarticulação do sistema financeiro internacional devido ao aumento da taxa de juros, bem como ao aumento do preço do petró-

leo — fizeram com que o Governo revisse a sua estratégia de crescimento contida no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Esse crescimento inseria-se, a partir de 1974, dentro da estratégia de volta à industrialização com substituição de importações com ênfase em bens de capital devido ao aperto da restrição do comércio externo (Peñalver, 1983). Segundo Serra (1982), a inflexão do ciclo parece ter sido determinada fundamentalmente pela aceleração da inflação e seus efeitos sobre os salários e a política de crédito, fazendo com que diminuísse o consumo dos bens de consumo duráveis e dos não duráveis. Porém a manutenção das taxas positivas de crescimento da economia deveu-se aos investimentos do setor público até 1980 (dentro da estratégia do II PND), principalmente nas áreas de insumos básicos.

Os investimentos financiados pelo BNDE e pela FINAME triplicam de valor entre 1965 e 1973, passando de Cr\$ 6.354,2 para Cr\$ 20.543,7 milhões. O valor mais alto desses investimentos ocorreu em 1976, quando alcançou a cifra de Cr\$ 95.305,9 milhões. A partir daí, há uma queda do investimento, tendo, em 1980, atingido a metade daquele valor (Peñalver, 1983, p.108-9).

Durante os períodos 1965-73 e 1973-80, há uma substituição na intensidade dos investimentos realizados. Enquanto no primeiro período os setores privilegiados foram os de bens de capital (mecânica e material de transporte) e os de bens de consumo não duráveis, no período seguinte a ênfase foi desviada para o setor de insumos básicos (siderurgia, metalúrgica, produtos químicos e fertilizantes, etc.), cuja participação média no total do investimento quintuplicou no período.<sup>10</sup> A partir de 1976, ocorre uma queda real nos investimentos realizados para todos os setores industriais, implicando uma desaceleração mais acentuada da economia. Essa queda do crescimento no período ocorre também para a indústria do Rio Grande do Sul. A partir dos valores dos créditos para investimentos concedidos pelo Banco do Brasil à indústria de transformação gaúcha, constata-se que, a partir de 1976, passa a ocorrer uma desaceleração dos investimentos para vários gêneros da indústria, acentuando-se ainda mais no período recessivo que se iniciou a partir de 1980. Os gêneros material elétrico e de comunicações, material de transporte, papel e papelão, borracha, couros e peles, produtos farmacêuticos e veterinários e perfumaria, sabões e velas praticamente cessaram ou diminuíram de maneira acentuada os seus investimentos. Em 1980, o valor dos investimentos do conjunto desses gêneros era 85% do valor de 1973 (An. Estat. Banco Brasil, 1985). A indústria de alimentos, que manteve em média uma participação em torno de 30% no total dos investimentos na década de 70, diminuiu para uma média de 4,3% nos cinco primeiros anos de 80, tendo sido atingida duramente pela crise que ocorre neste último período.

<sup>10</sup> Até o início dos anos 70, mais de 2/3 do valor dos investimentos financiados pelo BNDE e pela FINAME eram para os setores de bens de capital e bens de consumo não duráveis (Peñalver, 1983).



O mesmo comportamento ocorre com os valores financiados pelo BRDE e pelo BANRISUL.<sup>11</sup> Para a indústria no seu total, os índices de financiamento do BRDE cresceram até 1976, quando atingiu o seu valor mais elevado. A partir dessa data, começam a decrescer, chegando, em 1985, a um valor igual ao do início dos anos 70. No que se refere às aplicações do BANRISUL ao setor industrial, elas cresceram a uma taxa média anual de 20,2% no período 1968-73, caindo para 8,3% no período 1973-80, enquanto a média do período 1981-85 regrediu ao valor aplicado no início dos anos 70.

Concluindo, podemos dizer que a indústria gaúcha tem acompanhado o movimento da indústria nacional tanto no que se refere à *performance* da taxa de crescimento — acompanhando os ciclos de expansão e desaceleração nacional — como também às mudanças estruturais que ocorreram no setor industrial durante o período. No entanto a indústria gaúcha apresenta as suas especificidades em relação a sua congênere brasileira, pois alguns ramos de produção têm a sua predominância no Rio Grande do Sul em que a sua base de crescimento é regional ou, ainda, aqueles outros cuja natureza é diferente quando comparada com os ramos nacionais.

---

<sup>11</sup> As tabelas estatísticas encontram-se no Relatório do IEPE, já referido.

## Bibliografia

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BANCO DO BRASIL 1985 (1985). Brasília.
- BONELLI, Regis & WERNECK, Dorothea F. F. (1978). Desempenho industrial: auge e desaceleração nos anos 70. In: SUZIGAN, Wilson, ed. **Indústria: política, instituições e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (1969). **Industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas**. Rio de Janeiro, IPEA. (Documentos IPEA, 4).
- \_\_\_\_\_. (1969). **Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970**. Rio de Janeiro, IBGE.
- CALABI, Andréa Sandro & LUQUE, Carlos A. (1985). **Os ciclos de expansão industrial e seus impactos**. São Paulo, Nobel.
- CENSO INDUSTRIAL 1960: Brasil (1966). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1960: Rio Grande do Sul (1966). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil. (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1975: Brasil (1980). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul (1976). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- PEÑALVER, Manuel et alii (1983). **Política industrial e exportação de manufaturados do Brasil**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- PEREIRA, Luiz Bresser (1986). **Economia brasileira: uma introdução crítica**. São Paulo, Brasiliense.
- PESQUISA INDUSTRIAL 1973: Região Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
- PESQUISA INDUSTRIAL 1973: Brasil (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL 1967 (1969). Rio de Janeiro, IBGE.
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL 1968 (1970). Rio de Janeiro, IBGE.
- RELATÓRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (1982/1986). Brasília, v.18/22.
- SERRA, José (1982). Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 2(2):5-45. abr./jun.
- \_\_\_\_\_. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 2(3):111-35, jul./set.
- SUZIGAN, Wilson (1986). A indústria brasileira em 1985/86: desempenho e política. In: CARNEIRO, Ricardo, org. **Política econômica da Nova República**, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TAVARES, Maria da Conceição (1977). **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro, Zahar.